

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA Ata da 101ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/12/2024 - 9h30 REPLAN – Paulínia/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEAVV	Mário Antônio Masteguin (T)
ArcelorMittal	Joyce Meireles Pagoto (S)
ASSEMAE	Sérgio Raimundo Grandin (S)
CETREL	Álvaro Diogo Sobral Teixeira (S)
	Flavio Henrique Zavarise Lemos (S)
CIESP - DR Americana	Daniel Gustavo de Almeida (T)
CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno (T)
CIESP - DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti (T)
	Vlamir Mitsuo Kanashiro (S)
Consórcio PCJ	Mariane Alves de Godoy Leme (S)
DAE Jundiá	Talita Rodrigues (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Flamarion Stefano Cabral (T)
Dedini S/A	Lucinéia Cristina Vitti Prata (T)
	Igor Alessandro Serra (S)
FIESP	Jorge Antônio Mercanti (S)
IPSA-C	Alexandre José Medeiros (T)
Oji Papéis	João Luis Duarte (T)
	Tatiane Alessandra Sudário (S)
P.M. de Itatiba	Rogério Henrique Selicani (T)
P.M. de Limeira	Bruno César Pastore (T)
	Fábio Leandro Ferraz Peixoto (S)
P.M de Piracicaba	Bruno Delarole (T)
	Giovanni Batista Campos (S)
REPLAN	Deivid Lucas dos Santos Migueleti (T)
	Priscila Miranda Figueira
RHODIA	Vlamir Mitsuo Kanashiro (T)
SANASA	Sérgio Raimundo Grandin (S)
SIMESPI	Tatiana Delgado de Souza Koroiva (T)
	Regis Kivuzo Koraiva (S)
YPÊ Salto	Ester Ribeiro Dias (S)

Membros ausentes	
Entidade	
IPEL	
Papyrus	

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
CMR Indústria e Comércio	
SABESP	

Demais presentes	
Entidade	Representante

Agência das Bacias PCJ	Aline Sebuske
	Daniel Ramos
	Diego Soares
	João Macewicius
	Rebeca Silva
	Rosa Cardoso
CIESP DR - CAMPINAS	Thamiris Cardoso
	Renato Gonçalves
Consórcio PCJ	Lucas de Souza
	Priscila Marcon
DAE Jundiá	Christopher Barbosa Firmino
Petrobrás	Cecilia Rodrigues
REPLAN	Adriana Ramos
	Eduardo Oliveira
	Valdir José Pinheiro
SP Águas	Deborah Lunardi
	Graziela Bertolino

(T) – Titular (S) – Suplente (C) – Convidado

Aos onze dias do mês de dezembro de 2024, realizou-se no auditório da Refinaria Planalto de Paulínia (REPLAN), em Paulínia/SP, a 101ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica, em 04 de dezembro de 2024. **2. Abertura da 101ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Jorge Antônio Mercanti, coordenador da CT-Indústria e representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Diretoria Regional de Campinas (CIESP-DR Campinas) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, passou a palavra para o Sr. Valdir José Pinheiro, Gerente de Meio Ambiente da REPLAN, que deu as boas-vindas a todos e informou que seria exibido um vídeo orientativo com as regras de segurança, saúde e meio ambiente da empresa. Em seguida, passou a palavra para o Sr. Tiago Tambosi, Gerente de Engenharia na REPLAN, o qual também deu as boas-vindas e agradeceu a presença de todos, seguido da apresentação de três vídeos institucionais da PETROBRAS e da



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA Ata da 101ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/12/2024 - 9h30 REPLAN – Paulínia/SP

REPLAN. 3. Aprovação da minuta de ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-Indústria: O Sr. Jorge informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 100ª Reunião Ordinária da CT-Indústria, realizada em 09/10/24, por videoconferência. **4. Breve relato da situação do Sistema Cantareira e Bacias PCJ:** O Sr. Jorge apresentou os dados de pluviometria do posto da REPLAN, unidade da empresa PETROBRAS, no município de Paulínia/SP, comentando que é um posto consolidado com uma série histórica completa e com segurança na calibragem dos instrumentos de medição. Indicou que as chuvas totalizadas (entre dezembro/23 e novembro/24) foram de 878 mm (oitocentos e setenta e oito milímetros), a média climatológica anual de 1353 mm (mil trezentos e cinquenta e três milímetros) e a média de 2014 de 1005 mm (mil e cinco milímetros), ou seja, o posto da REPLAN está indicando chuvas abaixo da média nos últimos 12 (doze) meses, assim como a média de outros 10 (dez) pluviômetros da região, que indicaram 1030 mm (mil e trinta milímetros). Nesse sentido, o Sr. Jorge apresentou séries de análises *Standardized Precipitation Index* (SPI) para o posto da Estação REPLAN no município de Paulínia/SP, com avaliação de média móvel na escala de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses, em que se observa que os valores ainda estão abaixo de 0 (zero), sendo que valores acima de 0 (zero) indicam que o solo está úmido e abaixo de 0 (zero), que o solo está seco e o período é de atenção. Explicou que a leitura do gráfico consegue demonstrar a tendência de seca na região. Em seguida, comparou os dados com o SPI 12/24 da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em que os dados apresentados são muito próximos. No tocante ao Sistema Cantareira, o Sr. Jorge comentou que enquanto a média climatológica anual foi de 1500 mm (mil e quinhentos milímetros), a média de 2014 foi de 964 mm (novecentos e sessenta e quatro milímetros) e o acumulado de dezembro/23 a novembro/24 foi de 1144 mm (mil cento

e quarenta e quatro milímetros), embora tenha chovido pouco, a precipitação está dentro da média. Quanto ao nível do Sistema Cantareira em novembro/24, comentou estar bem abaixo da média e destacou a importância da transposição da Bacia do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, pois sem ela, provavelmente o sistema já estaria seco. Seguiu apresentando que em novembro/24, o nível do Jacaré estava em 49% (quarenta e nove por cento), Cachoeira em 38% (trinta e oito por cento) e Atibainha em 24% (vinte e quatro por cento). A contribuição natural total (Jacaré, Cachoeira e Atibainha) foi de 20,9 m³/s (vinte metros cúbicos e nove décimos por segundo), mais 7,5 m³/s (sete metros cúbicos e cinco décimos por segundo) da transposição da Bacia do Paraíba do Sul. Apresentou uma saída de 25,9 m³/s (vinte e cinco metros cúbicos e nove décimos por segundo) para São Paulo (Túnel 5) e 7,1 m³/s (sete metros cúbicos e um décimo por segundo) para a região das Bacias PCJ, somando os valores do Jaguari, Jacaré, Cachoeira e Atibainha. Em seguida, apresentou os níveis referentes a 30/11/24 no Reservatório Paiva Castro, que é um reservatório de passagem, mantido propositalmente baixo evitando que em casos de chuva haja transbordamentos, o que poderia causar inundações no município de Franco da Rocha/SP. Por ser uma região que chove muito, o reservatório tem um importante papel como área de drenagem, e em novembro/24 teve uma contribuição natural de 3,4 m³/s (três metros cúbicos e quatro décimos por segundo). Apresentou nível de 19% (dezenove por cento) e uma saída para a Estação de Tratamento de Água (ETA) Guaraú - SABESP de 29,3 m³/s (vinte e nove metros cúbicos e três décimos por segundo). Quanto ao Sistema Equivalente (inclui Paiva Castro), para o mês de novembro/24, por contribuição natural houve uma entrada de 24,3 m³/s (vinte e quatro metros cúbicos e três décimos por segundo), e da transposição da Bacia do Rio Paraíba do Sul uma entrada de 7,5 m³/s (sete metros cúbicos e cinco décimos por segundo), a saída foi de 36,4 m³/s (trinta e seis metros cúbicos e quatro décimos por segundo) somados PCJ e SABESP, com o nível atingindo 45% (quarenta e cinco por cento) em 30/11/24, o que demonstra que houve um rebaixamento, uma vez que a entrada foi menor que a saída. Seguiu explicando que segundo a média histórica do nível do Sistema Cantareira, ele tem uma tendência a



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA Ata da 101ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/12/2024 - 9h30 REPLAN – Paulínia/SP

ter seu nível máximo no mês de abril e o mínimo no mês de novembro, e neste momento se encontra próximo ao nível médio. A seguir, o Sr. Jorge apresentou uma tabela utilizando os dados de precipitação pluviométrica da área do Sistema Cantareira, considerando a área total, para calcular a drenagem total, que é a multiplicação da altura da precipitação pela área. Esse cálculo foi ajustado de acordo com o tempo de invasão, expresso em metros por segundo (m/s). Comentou que foi calculada a média desses dados para 8 (oito) anos e a média mensal dos 12 (doze) meses. Foi calculada a média da razão percentual entre a contribuição natural considerando-se as médias anuais, obtendo-se o valor de 46% (quarenta e seis por cento). Entretanto, este valor apresenta distorções devido aos meses em que não ocorreram precipitações (neste caso o valor seria infinito). Em vista disso, optou-se pelo cálculo da razão percentual média considerando-se os valores mensais de drenagem total e contribuição natural, obtendo-se o valor de 35% (trinta e cinco por cento). Segundo a teoria do método racional, espera-se que cerca de 1/3 (um terço), ou seja 33% (trinta e três por cento), da precipitação se converta em contribuição natural. Portanto o valor de 35% (trinta e cinco) está bem próximo do valor de referência. Seguiu apresentando a somatória do Sistema Equivalente, onde, considerando a soma dos sistemas de reservatórios da Grande São Paulo e do Sistema Cantareira, o nível em 30/11/24 estava em torno de 45% (quarenta e cinco por cento), enquanto há um ano o valor era de 71% (setenta e um por cento), o que demonstra que houve queda. Quanto à previsão climática, informou que na questão da temperatura da água, o que influencia nossa região é a região equatorial do Oceano Pacífico (*Niño* 3.4). Em seguida apresentou Mapas de Anomalia de Temperatura da Superfície do Mar (Fonte de dados: NCEP/NOAA – EUA. Elaboração: CPTEC/INPE), onde é possível observar o estabelecimento do fenômeno “*La Niña*” (devido ao resfriamento de temperatura no Pacífico) no mês de julho/24 seguido pelo início do aquecimento das águas em setembro/2024. Com base na previsão disponibilizada pela Universidade de Columbia dos Estados Unidos (*Official NOA CPC ENSO Probabilities* (issued May. 2024), há uma tendência para ocorrência do de neutralidade, não estabelecendo-se os fenômenos “*El Niño*” ou “*La Niña*”. Quanto aos efeitos climáticos mais

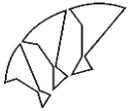
prováveis dos fenômenos “*El Niño*” e “*La Niña*” no Brasil, temos: **i) *El Niño***: Seca nas Regiões Norte e Nordeste. Chuvas acima da média na Região Sul. Temperatura acima da média climatológica; **ii) *La Niña***: Chuvas acima da média nas Regiões Norte e Nordeste. Seca na Região Sul. Temperatura abaixo da média climatológica. Posteriormente, apresentou as previsões trimestrais de chuvas do *International Research Institute for Climate and Society (IRI)* da Universidade de Columbia (EUA), compreendida entre os meses de dezembro/2024 a fevereiro/2025, realizadas em novembro/2024, que indicam níveis de precipitação dentro da média climatológica. Por fim, apresentou o mapa multi-modelo CPTEC/INMET/FUNCEME produzido em novembro/24 válido para o trimestre dezembro/2024 a fevereiro/25, informando a previsão de precipitação dentro da média para a região das Bacias PCJ. Encerradas as explicações abriu espaço para dúvidas e manifestações, não havendo, passou para o próximo item de pauta. **5. Palestra: “Marco Regulatório do Saneamento: Impacto nas Indústrias” - Geóloga Graziela Lopes Bertolino – SP Águas (antigo DAEE)**: Dando continuidade aos itens de pauta, o Sr. Jorge passou a palavra para as Sras. Graziela Lopes Bertolino e Déborah do Valle Nuvens Lunardi, representantes da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), que integram a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ. A Sra. Deborah Lunardi, coordenadora-adjunta da CT-AS, iniciou fazendo uma breve contextualização aos membros, em relação a participação no XXIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, evento promovido pela Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS), que ocorreu entre os dias 12 e 15 de Agosto/24 em São Paulo/SP, o qual motivou a apresentação sobre o Marco Regulatório do Saneamento, com uma perspectiva voltada para as indústrias, a ser apresentado na sequência pela Sra. Graziela Bertolino. O evento contou com uma extensa programação com palestras, exposições, feiras, mesas redondas e apresentações de trabalho, com abordagens diversas na temática de águas subterrâneas. Em seguida, destacaram alguns temas abordados no evento, em que entenderam ser de relevância para a CT-Indústria, como “Relevância para a preservação dos recursos hídricos e processos



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA Ata da 101ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/12/2024 - 9h30 REPLAN – Paulínia/SP

industriais”; “Escassez hídrica: impacto nos custos e operações e suas consequências”; “Perda de biodiversidade e os custos ambientais”; “Harmonização regulatória com as normas da ANA”; “Soluções químicas e biológicas” e “Monitoramento eficiente do consumo da água”, entre outras. Nesse sentido, concluiu reiterando o papel crucial da indústria na gestão sustentável da água e a importância do investimento em práticas sustentáveis para garantia do futuro. Mais informações sobre o evento podem ser verificadas em *site* específico, disponível no [link](#). Na sequência a Sra. Graziela deu início a palestra que teve como base sua participação na Mesa redonda “**Águas Subterrâneas e o Saneamento: Convivência Sustentável ou Disputa Econômica?**” discussão que trouxe como foco o Marco Regulatório do Saneamento e a Norma de Referência (NR) nº 08/2024, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)”, aprovada pela [Resolução ANA nº 192/2024](#). Entre os palestrantes, destacou-se o coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, Sr. Alexandre Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A Sra. Graziela salientou que atualmente os poços artesanais são responsáveis pelo abastecimento de 59% (cinquenta e nove por cento) dos municípios brasileiros. Grande parte desse consumo ocorre nos setores industrial, comercial, hospitalar, entre outros setores econômicos. Diante do enfrentamento climático, as águas subterrâneas se tornaram um recurso estratégico e essencial. Explicou sobre a insegurança jurídica deixada pela Lei Nacional de Saneamento Básico ([Lei nº 11.445/2007](#)), quanto ao uso de fontes alternativas nos locais de acesso a rede pública disponível, que foi sanada com a publicação do [Decreto nº 7.217/2010](#) que regulamentou a lei, permitindo o direito ao uso das águas subterrâneas nas áreas de abastecimento público, desde que com pagamento pelo lançamento dos efluentes. Com o Novo Marco Regulatório do Saneamento ([Lei nº 14.026/2020](#)), as autorizações para uso de fontes alternativas foram formalizadas, proporcionando maior segurança jurídica e redução de custos para as indústrias. Para exemplificar, a Sra. Graziela citou um dado apresentado pelo Sr. Alexandre Vilella durante o congresso: “Uma indústria que utiliza mensalmente 2300 m³ (dois mil e trezentos

metros cúbicos) de água de poço paga R\$ 828,00 (oitocentos e vinte e oito reais) ao ano. Para o mesmo consumo com água da concessionária pública, o custo anual seria de R\$ 826.068,00” (oitocentos e vinte e seis mil e sessenta e oito reais. Ressaltou que o custo da rede pública se eleva devido ao tratamento, a adutora e demais processos, mas que ainda sim é uma diferença significativa. Segundo a Lei 14.026/2020, a ANA passa a ter atribuição regulatória, conseguindo editar normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, já contando com cinco publicações de normas referentes a serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Tais normas tem como objetivo uniformizar e harmonizar as normas já existentes e as que ainda serão construídas no futuro, em âmbito nacional. Também objetiva uniformizar diretrizes e procedimentos a serem seguidos pelas agências reguladoras de saneamento infracionais durante o exercício de suas funções. Por fim, deixou algumas reflexões para os membros da CT-Indústria na hipótese de que houvesse o fechamento dos poços, em que questiona, se haveria água suficiente do abastecimento público para atender todos os usuários, como ficaria o abastecimento de setores como indústria, hospitais e aeroportos, mediante um cenário de mudanças climáticas, além de quais impactos financeiros esse fechamento poderia acarretar. Encerradas as explicações, a Sra. Graziela agradeceu o espaço e retornou a palavra ao Sr. Jorge Mercanti. Foi aberto espaço para esclarecimentos de dúvidas e manifestações, em que foram discutidos pelos membros a importância das Soluções Alternativas Coletivas (SACs), assim como ações mitigatórias, produção de água, regulação dos poços clandestinos através da agilização de licenças e outorgas e a boa condução e gestão integrada dos recursos hídricos nos diversos setores. O Sr. Jorge Mercanti também ressaltou quanto viabilidade financeira, uma vez que os custos sempre são levados em consideração pelo setor industrial. O Sr. Jorge Mercanti agradeceu a presença e apresentação das representantes da CT-AS, deixando o convite para que retornem, em momento oportuno. **6. Movimento Reúso de Água:** O Sr. Jorge Mercanti, compartilhou com os membros que o Instituto Reúso de Água, está lançando o Movimento Reúso de Água – Maio de 2025. Esta iniciativa visa



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA Ata da 101ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/12/2024 - 9h30 REPLAN – Paulínia/SP

destacar a relevância e potencial transformador do reúso de água no Brasil ao longo de uma série de eventos, presenciais e virtuais, durante o mês de maio/25. Contendo dois eventos principais em seu escopo, sendo: **i.** “1º Fórum IRdA”, a ser realizado no Rio de Janeiro, previsto para 13 de maio, propiciando um espaço para reunir, líderes do setor, comunidade e demais interessados no tema, para debater ações necessárias no avanço do reúso de água. Durante a realização do encontro, será elaborado documento para planejamento estratégico, e; **ii.** “Espaço do conhecimento – Reúso de Água no 33º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental e Feira Internacional de Tecnologias de Saneamento Ambiental (CBESA/FITABES)”, a ser realizado em Brasília/DF de 25 a 28 de maio de 2025. O Sr. Jorge reitera a participação dos membros da CT-Indústria, visto que as ações de reúso necessitam de engajamento. Em complemento à fala Sr. Jorge, o Sr. Valdir Pinheiro, Gerente de Meio Ambiente da REPLAN, comenta brevemente sobre a utilização da água de reúso e demais práticas sustentáveis e como têm contribuído na eficiência dos processos internos da refinaria. **7. Informes: 7.1. da Coordenação:** O Sr. Jorge reiterou o convite aos membros para participação nos diálogos previstos para maio/2025, promovidos pelo Instituto Reúso de Água, enfatizando o aprendizado obtido através de sua participação no tema reúso de água no setor industrial, tratando assuntos como custos, reúso interno e reúso externo. **7.1.1. sobre o Plano de Trabalho:** A pedido do Secretário-executivo, Sr. Denis Herisson da Silva, foi reservado um espaço na pauta de informes das coordenações das CTs, para repasses aos membros sobre o andamento das ações previstas no Plano de Trabalho ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 471/24, de 05/04/2024](#)). Nesse sentido, o Sr. Jorge fez a devolutiva aos membros afim de situar sobre o andamento das atividades previstas. Os Planos de Trabalho (PTs) são compostos por três categorias: **i.** Categoria A (Demandas da Secretaria Executiva); **ii.** Categoria B (Temas para discussão) e; **iii.** Categoria C (Eventos). Com relação a Categoria A, o Sr. Jorge incentivou os membros a participarem dos cursos de especialização subsidiados pelos Comitês PCJ, ressaltando a importância da capacitação dos membros

(item 3). Também informou que entrou em contato com o Sr. Eduardo Leo, Coordenador de Sistemas de Informações da Agência das Bacias PCJ, que é a área relacionada de forma técnica ao item 4 “Acompanhamento da execução ação “Cadastro, caracterização e modelagem de cargas industriais” (Plano das Bacias PCJ – Código ECA 1.2.1.5)”, o qual se encontra em andamento. Em seguida, apresentou as ações previstas na Categoria B (1. Alternativas para suprimento de água; 2. Reúso direto não potável; 3. Mudanças climáticas impactos na gestão hídrica e planos de adaptação/contingência; 4. Acesso aos recursos da cobrança na forma reembolsável pelo setor privado; 5. Boas práticas de conservação e uso racional no setor usuário), estando todas em andamento. Também explicou que muitas das ações previstas são abordadas de forma contínua durante as reuniões da CT, por meio de palestras com convidados e repasses da coordenação. **7.2. dos Membros:** O Sr. Jorge questionou os membros sobre informes e não havendo manifestações, deu continuidade para os informes da Secretaria Executiva; **7.3. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** A Sra. Rebeca Silva da Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva (SE/PCJ), deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Alteração dos representantes dos membros:** Informou que a SE/PCJ recebeu solicitação de alteração de representantes dos respectivos membros: **i. ArcelorMittal:** inclusão da Sra. Joyce Meireles Pagoto como representante suplente e remoção do Sr. Gustavo Ribeiro de Carvalho como representante suplente; **ii. CETREL:** inclusão do Sr. Álvaro Diogo Sobral Teixeira como representante suplente e remoção das Sras. Juliana Lisboa Soares e Roberta Boaventura de Oliveira Ignacio como representantes suplentes; **iii. YPÊ Salto:** inclusão das Sras. Ester Ribeiro Dias e Maira Gomes Bueno de Avila para representantes suplentes. Como trata-se de alterações de entidades que já fazem parte da CT-Indústria, é passado aos membros como informe, apenas para ciência; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-INDÚSTRIA: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA Ata da 101ª Reunião Ordinária da CT-Indústria – 11/12/2024 - 9h30 REPLAN – Paulínia/SP

(PROCOMITÊS), da [Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21](#), que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2024. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([Capacita-SigRH](#)), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o [portal](#) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** Lembrou que para reuniões presenciais, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17](#) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: **i.** membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); **ii.** Membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; **iii.** Coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; **iv.** pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justificam a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros) – em que se destaca que o registro de imagem da lista de

presença da reunião é de responsabilidade do representante custeado. As diárias não serão concedidas se: **i.** as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; **ii.** o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; **iii.** em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; **iv.** membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; **v.** membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: custeio@agencia.baciaspcj.org.br ou (19) 3437-2100 opção 2. As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no *site* dos Comitês PCJ, pelo [link](#); **d) Próxima reunião da CT-Indústria:** Por fim, informou que a próxima Reunião Ordinária da CT-Indústria, está prevista para 12/02/25, às 09h00, por videoconferência. A Sra. Rebeca Silva, desejou boas festas aos presentes, agradeceu e retornou a palavra à coordenação. **8. Outros assuntos:** O Sr. Jorge passou a palavra para o Sr. Valdir Pinheiro, que agradeceu a todos, em nome da REPLAN, pela presença e a oportunidade de receber a reunião. Também, convidou a todos para o almoço a ser servido na sequência, dando algumas orientações quanto ao acesso ao refeitório da entidade. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Jorge Antonio Mercanti, coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) dos Comitês PCJ agradeceu a presença de todos, bem como a excelente recepção da REPLAN como anfitriões e deu por encerrada a reunião.

Jorge Antonio Mercanti
Coordenador da CT-Indústria

Vlamir Mitsuo Kanashiro
Coordenador-Adjunto da CT-Indústria